

ANC pg 6

Mangels Sistemas de Informação.
Consultoria, Sistemas e Serviços de Informática
Fone (011) 452 4811

Empres

CONGRESSO

30 DEZ 1986

Lei ordinária poderá entrar em pauta duas vezes por mês

ANC 88
Pasta Dezembro/86
121

Reunir o Congresso de quinze em quinze dias para tratar da legislação comum é a nova proposta de alguns políticos para solucionar o impasse do funcionamento simultâneo do Congresso ordinário com os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. O deputado Euclides Scalco (PR), da executiva nacional do PMDB e partidário dessa proposta, teme que a falta de uma solução para o problema possa levar a um emperramento dos trabalhos constituintes.

A procura de um denominador comum para resolver a questão, antes da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, marcada para o dia 2 de fevereiro, há muito vem preocupando os políticos. O primeiro a apresentar uma proposta foi o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Segundo sua proposta, uma comissão de 72 membros ficaria encarregada da legislação ordinária.

A proposta de Ulysses Guimarães encontrou forte resistência no Senado, uma vez que seus integrantes temiam que a sua implantação representasse a extinção da Câmara Alta. Depois de sucessivas propostas, acabou prevalecendo a tese, aceita pelos integrantes das duas casas do Parlamento, de que tanto o Congresso ordinário quanto a Constituinte deverão ter funcionamento simultâ-

Prioridade ao Executivo

por Valério Fabris
de Brasília

O senador Severo Gomes (PMDB/SP) sugeriu ontem, em entrevista a este jornal, que se procure abreviar a discussão em torno da compatibilização dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e do funcionamento ordinário do Congresso. Ele acha que a maneira mais simples de se resolver o problema seria as duas casas do Congresso votarem, ordinariamente, apenas mensagens do Executivo.

A Câmara, o Senado e as duas casas em sessão conjunta poderiam também apreciar projetos de lei de parlamentares, desde que contassem com a assinatura de 50% dos seus membros. Severo Gomes, que preside a Fundação Pedroso



Severo Gomes

Horta (um centro de estudos do PMDB), considera muito ariscada uma abstinência na legislação ordinária ao longo de 1987, como propõe o ministro da Justiça, Paulo Brossard. "O

Pais poderá necessitar de leis em face de acontecimentos relevantes", argumentou o senador paulista.

O impasse em torno da legislação ordinária deve-se à presunção de que os constituintes estarão assobrados em cumprir sua tarefa, sobretudo quando o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, estipula para 7 de setembro a promulgação da nova Constituição. Severo Gomes diz que uma boa ocasião para que as controvérsias sejam dirimidas é a reunião nacional do PMDB, marcada para 14 de janeiro, em Brasília. O partido teria, assim, de se posicionar em relação a outros questões pendentes, a exemplo do tempo de duração do mandato do presidente Sarney.

neo. Apesar de haver consenso em torno dessa proposta, não há, no entanto, entendimento quanto ao período de funcionamento do Congresso ordinário.

Na opinião do senador eleito pelo PMDB de Brasília, Pompeu de Souza, o funcionamento do Congresso ordinário deve ser bastante reduzido durante a fase da Assembleia Nacional Constituinte. "Deve

funcionar em função das necessidades imediatas e limitado à apreciação de matérias de origem do Executivo", defende o senador eleito pelo Distrito Federal.

Essa preocupação com o funcionamento simultâneo do Congresso ordinário com os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte fez com que a bancada pemedebista gaúcha mantivesse, no último fim de semana, uma reunião para estudar o assunto. O deputado recém-eleito pelo PMDB do Rio Grande do Sul Antônio Britto considera que o funcionamento do

Congresso ordinário a cada quinze dias é razoável para apreciar matérias de origem do Executivo, abstendo-se os parlamentares de elaborar novas propostas.

A preocupação de sua bancada com o problema, segundo o deputado eleito, está longe de representar, por parte dos gaúchos, a iniciativa de se criar um grupo político para influir no processo. Essa preocupação, concluiu, tem o objetivo de se evitar que se acrescentem fatores inibidores aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

CONSTITUINTE

Partidos vão discutir proposta de regimento

Quando a Constituinte se instalar, a 1º de fevereiro próximo, deverá contar com pelo menos um anteprojeto de regimento interno, para regulamentar suas atividades. Neste sentido, já se estão movimentando o PMDB, o PFL e o PDS, segundo relatou a EBN.

O PMDB, através de seu presidente, Ulysses Guimarães, por exemplo, pediu a alguns deputados, como Prisco Viana, Euclides Scalco e Carlos Santana, que elaborassem um esboço de regimento interno para a Constituinte, informou a EBN.

Por iniciativa do senador recém-eleito, Jarbas Passarinho, e do líder do partido na Câmara, deputado Amaral Neto, o PDS vai redigir um anteprojeto de regimento interno para a Constituinte e também para a Câmara, o Senado e o Congresso.

Na área do PFL, o líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli, vai iniciar contatos com as lideranças

partidárias no Senado, objetivando marcar uma reunião para tratar do assunto, antes do dia 15 de janeiro. Para isso, Chiarelli que se encontra em Porto Alegre, deverá viajar a Brasília na sexta-feira próxima. Para o senador gaúcho, uma longa discussão sobre o funcionamento da Constituinte desgastaria sua imagem perante a opinião pública. Daí, a seu ver, a conveniência de se procurar antecipar a solução do problema.

Para o deputado Amaral Neto, um dos problemas que o regimento interno da Constituinte precisa disciplinar é o da entrada e da saída de pessoal no Congresso, para evitar os esquemas de pressão sobre os constituintes, que ele acredita serão montados. Nesse sentido, ele defende que o próprio acesso às galerias deveria ser feito através de convites, que seriam organizados diariamente pela Mesa da Constituinte.

Líder da CUT propõe a extinção do Senado

por Milton Wells
de Porto Alegre

A implantação de um congresso unicameral, com a extinção do Senado, é uma das preocupações do sindicalista Paulo Renato Paim do PT/RS, eleito deputado em 15 de novembro com 49.985 votos. Secretário geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT) desde 1983 e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico de Canoas (RS) há cinco anos, ele acha que a Câmara Alta é responsável por sucessivas derrotas do movimento sindical brasileiro, incluindo temas como as 40 horas semanais, estabilidade no emprego e autonomia sindical. "Por sua constituição eminentemente elitista, com representantes confessos do latifúndio, do empresariado e dos banqueiros, o Senado é o sumidouro das propostas de avanço social no País", afirma. "Questões importantes para a classe trabalhadora têm sido sistematicamente engavetadas no Senado, após aprovação na Câmara dos Deputados."

Paim diz que a eliminação dos senadores seria o pressuposto básico do restabelecimento do Poder do Legislativo. Com isso o Congresso alcançaria maior sintonia com a opinião pública, além de tornar-se mais suscetível às pressões populares. "Vamos mobilizar-nos em favor desta tese, já contamos com apoio de vários parlamentares eleitos pelo PMDB e mesmo do PCB,

do PC do B e do PDT", assinala.

Gaúcho, 36 anos, Paim cursou até o terceiro ano ginasial, tendo-se formado como matriculista modelista no Serviço Nacional da Indústria (Senai). Licenciado da Forjasul, onde trabalhava há vários anos, frequentou as atividades políticas de partidos como o extinto MDB, depois PMDB, e PDT, sem nunca se ter filiado a nenhum deles. No ano passado, a um dia do prazo fatal, resolveu filiar-se ao PT, para concorrer à Assembleia Nacional Constituinte.

Paim é de opinião de que os constituintes eleitos devem defender uma Constituição detalhada, com o maior número de questões possíveis como forma de permitir um avanço social no País. Para ele, apesar do Congresso Constituinte representar a perspectiva de uma Constituição conservadora, há uma alternativa capaz de restabelecer um caminho que julga mais democrático. Assim que concluírem a nova Constituição, os constituintes votariam a autodissolução da Assembleia — o Congresso continuaria com sua função ordinária — convocando eleições diretas para Câmara Federal e para a Presidência da República (ele desconsidera o Senado), em 15 de novembro de 1988. "Com esta opção restabeleceríamos um princípio de exclusividade à Constituinte e teríamos um país novo, em março de 1989, com deputados federais e presidente da República eleitos pelo povo", sustenta Paim.